

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - RASTS Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes

CNPJ/MF: 60.742.616/0012-12

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Balço Patrimonial			Balço Patrimonial			Demonstraço do Resultado do Exercício			
Ativo/Circulante	NE	31/12/16	Passivo/Circulante	NE	31/12/16	Resultado do Exercício	NE	31/12/16	
Caixa e equivalentes (03)	7.325.176,39	16.220.948,46	Fornecedores	276.563,33	126.734,37	Receitas Operacionais Brutas	330.762.935,35	102.354.503,45	
Contas a receber (05)	74.081.134,53	23.402.814,21	Obrigações trabalhistas	12.027.214,90	8.707.751,31	Receitas de atividades assistenciais	326.710.306,18	99.840.551,44	
Outros Créditos (06)	2.394.908,68	2.149.442,35	Obrigações sociais (08a)	3.515.918,87	2.625.228,60	Com assistência médica hospitalar (13a)	326.710.306,18	99.840.551,44	
Despesas Antecipadas	33.613,90	23.445,74	Obrigações tributárias (08b)	3.455.747,48	2.264.870,61	Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	4.052.629,17	2.513.952,01	
Transferências	-	2.300,00	Provisões de férias e encargos	23.945.537,95	20.048.383,14	Financeiras deduzidas			
Não Circulante	7.326.061,95	8.947.618,40	Outras contas a pagar	820.442,09	569.641,97	das despesas (15)	3.525.624,30	774.207,42	
Realizável a longo prazo (07)	7.326.061,95	8.947.618,40	Contas a pagar serviços terceiros	387.041,26	973.456,23	Investimentos (13b)	290.932,89	1.071.179,28	
Total do Ativo	91.160.895,45	50.746.569,16	Subvenções a Aplicar (17)	2.081.947,28	-	Outras receitas operacionais	236.071,98	668.565,31	
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Contingências judiciais (09)	40.709,20	342.000,00	Despesas Operacionais	300.229.568,07	69.573.716,12	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015			Não Circulante	8.663.515,80	9.675.612,92	Despesas com atividades assistenciais	300.229.568,07	69.573.716,12	
1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial das supervisões técnicas de saúde Itaquera, Guaianases e Cidade Tiradentes, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão nº 11/2015 - SMS/NTCSS firmado com a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo assinado em 05 de agosto de 2015. b. Áreas de atuação: A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. Da manutenção: Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente contrato de gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretoria Geral; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. 2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 10/02/2017. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. a. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; b. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; c. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; d. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; e. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; f. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. g. Uso de estimativa: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 3. Caixa e Equivalente de Caixa: Estão representados substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras assim distribuídas:									
Descrição			Descrição			Descrição			
	2016	2015		2016	2015		2016	2015	
Fundo Fixo de Caixa	-	16.350,00	INSS a recolher	1.067.752,61	801.999,30	Receitas Operacionais Brutas	327.237.311,05	101.580.296,03	
Bancos conta movimento	1.096,11	9.809,88	FGTS a pagar	2.014.472,87	1.475.080,66	Com assistência médica hospitalar	326.710.306,18	99.840.551,44	
Sub-Total	1.096,11	26.159,88	PIS sobre folha a recolher	250.589,75	182.334,86	Com investimentos	290.932,89	1.071.179,28	
Aplicações Financeiras	7.324.080,28	16.194.788,58	Outros	183.103,64	165.813,78	Com doações, verbas e outras	236.071,98	668.565,31	
Total	7.325.176,39	16.220.948,46	Total - Curto Prazo	3.515.918,87	2.625.228,60	Insumos Adquiridos de Terceiros	43.944.744,74	10.676.117,68	
4. Execução do Contrato de Gestão (Não Auditado): Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.			(b) Obrigações Tributárias: Descrição	2016	2015	Materials consumidos	6.079.612,50	968.225,57	
	2016	2015	IRRF a recolher	3.288.152,34	2.122.545,64	Serviço de terceiros e outros	37.865.132,24	9.708.592,11	
Consultas Médicas da área - ESF	363.851	79.336	Outras retenções de terceiros	167.595,14	142.324,97	Valor Adicionado Bruto	283.292.566,31	90.903.478,35	
Consultas de Enfermagem - ESF	193.891	52.774	Total	3.455.747,48	2.264.870,61	Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	283.292.566,31	90.903.478,35	
Atendimento Individual de Odonto - ESF	84.767	19.277	(c) Processos Judiciais de Longo Prazo: O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração apropriou esses valores como obrigação legal até a conclusão da sentença			Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.529.513,08	775.751,87	
Procedimentos Individuais Equipe de Odonto - ESF	339.282	75.696	Descrição	2016	2015	Receitas financeiras	3.529.513,08	775.751,87	
Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - ESF	1.180.736	301.959	PIS depósito judicial	7.290.721,38	8.919.612,92	Valor Adicionado Total a Distribuir	286.822.079,39	91.679.230,22	
Atendimento Urgência Atenção Primária AMA	580.137	114.748	Outros depósitos judiciais	7.335,09	-	Distribuição do Valor Adicionado	286.822.079,39	91.679.230,22	
Total de Exames de Diagnósticos Realizados	55.015	17.352	Total - Longo Prazo	7.298.056,47	8.919.612,92	Pessoal e encargos	254.714.550,27	58.596.478,03	
Total de Consultas do Serviço de UBS Mista	70.590	44.523	9. Provisão Para Contingências: A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.			Impostos, taxas e contribuições	49.006,17	26,00	
5. Contas a Receber:			(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%. 11. Patrimônio Líquido: Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déicits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. Em 2016, o valor do Patrimônio Líquido é de R\$ 35.946.257,29. O Superávit do período de 2016 foi de R\$ 30.533.367,28. O saldo em 2015 era de R\$ 5.412.890,01. 12. Receitas e Despesas: As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. 13. Verbas Recebidas: (a) Subvenções: Custeio: Os recursos apropriados pela Entidade face ao contrato de gestão com a SMS - Secretaria Municipal de São Paulo - Prefeitura Municipal de São Paulo para auxílio de Custeio e Investimentos de seus gastos durante o exercício, e liberadas face ao contrato de gestão R11/2015 - SMS/NTCSS: Contrato de Gestão - Recursos apropriados			Juros e Aluguéis	1.525.155,67	301.938,86	
	2016	2015	Descrição	2016	2015	Superávit do exercício	30.533.367,28	32.780.787,33	
Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo	74.081.134,53	23.402.814,21	Ordens e salários	210.916.792,16	56.799.107,84	As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			
Total	74.081.134,53	23.402.814,21	Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%	Demonstração do Fluxo de Caixa			
6. Outros Créditos: Os saldos em aberto estão assim representados:			Sub-total	58.634.868,22	15.790.151,98	Atividades Operacionais	31/12/16	a 31/12/15	
	2016	2015	Serviços prestados pessoa física (autônomos incluindo médicos)	60.933,35	37.492,35	Superávit líquido	30.533.367,28	32.780.787,33	
Adiantamentos a funcionários	2.385.883,81	2.149.126,99	Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%	Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	315.503,62	1.098.000,00	
Adiantamento de saída de recursos	7.285,40	119,20	Sub-total	12.186,67	7.498,47	Provisão para contingências	315.503,62	1.098.000,00	
Impostos a recuperar	1.739,47	196,16	Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	58.647.054,89	15.797.650,45	Variações no capital circulante	(39.744.642,97)	9.710.058,45	
Total	2.394.908,68	2.149.442,35	(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%. 11. Patrimônio Líquido: Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, diminuído pelas transferências patrimoniais acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déicits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. Em 2016, o valor do Patrimônio Líquido é de R\$ 35.946.257,29. O Superávit do período de 2016 foi de R\$ 30.533.367,28. O saldo em 2015 era de R\$ 5.412.890,01. 12. Receitas e Despesas: As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. 13. Verbas Recebidas: (a) Subvenções: Custeio: Os recursos apropriados pela Entidade face ao contrato de gestão com a SMS - Secretaria Municipal de São Paulo - Prefeitura Municipal de São Paulo para auxílio de Custeio e Investimentos de seus gastos durante o exercício, e liberadas face ao contrato de gestão R11/2015 - SMS/NTCSS: Contrato de Gestão - Recursos apropriados			Contas a receber	(50.678.320,32)	(23.402.814,21)	
	2016	2015	Descrição	2016	2015	Outros créditos	(245.466,33)	(2.149.442,35)	
Despesa financeira	7.290.721,38	8.919.612,92	Verbas para custeio	326.710.306,18	99.840.551,44	Despesas antecipadas	(10.168,16)	(23.445,74)	
Bloqueio Judicial	28.005,48	28.005,48	contrato de gestão R11/2015	326.710.306,18	99.840.551,44	Transferências	2.300,00	(2.300,00)	
Processo Cível	7.335,09	-	Total da Secretaria Municipal da Saúde	326.710.306,18	99.840.551,44	Fornecedores	149.828,96	126.734,37	
Total	7.326.061,95	8.947.618,40	(b) Subvenções: Investimentos			Obrigações trabalhistas	3.319.463,59	8.707.751,31	
Parcer do Conselho Econômico e Fiscal: A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina RASTS Itaquera/Tiradentes/Guaianases, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Élzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinéz Rossato.			Contrato de Gestão - Recursos recebidos	2016	2015	Encargos sociais	(738.201,27)	11.544.841,52	
	2016	2015	Verbas para investimentos - termo aditivo nº 004/2016	54.713,00	150.000,00	Encargos tributários	1.190.876,87	2.264.870,61	
	2016	2015	Verbas para investimentos - termo aditivo nº 006/2016	236.219,89	921.179,28	Provisão de férias	3.897.154,81	20.048.383,14	
	2016	2015	Total da Secretaria Municipal da Saúde	290.932,89	1.071.179,28	Verbas e Subvenções	2.081.947,28	-	
	2016	2015	14. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. 15. Encargos Financeiros Líquidos: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:			Outras contas a pagar	250.800,12	569.641,97	
	2016	2015	Descrição	2016	01/09/15 a 31/12/15	Serviços de terceiros	(586.414,97)	973.456,23	
	2016	2015	Despesa financeira	(1.284,20)	(281,95)	Acréscimo(decréscimo) no realizável a longo prazo	1.621.556,45	(8.947.618,40)	
	2016	2015	IOF e juros	(2.604,58)	(1.262,50)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(8.895.772,07)	43.588.845,78	
	2016	2015	Despesas bancárias	(2.604,58)	(1.262,50)	Atividades de Financiamento			
	2016	2015	Sub-total	(3.888,78)	(1.544,45)	Entradas			
	2016	2015	Receita financeira			Transferências patrimoniais	-	(27.367.897,32)	
	2016	2015	Rendimentos aplicações	3.527.398,19	775.015,34	Caixa líquido usado nas atividades de financiamento			
	2016	2015	Descontos obtidos e juros ativos	2.114,89	736,53	Variação de caixa e equivalente de caixa	(8.895.772,07)	16.220.948,46	
	2016	2015	Sub-total	3.529.513,08	775.751,87	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.220.948,46	-	
	2016	2015	Total	3.525.624,30	774.207,42	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.325.176,39	16.220.948,46	
	2016	2015				Variação de caixa e equivalente de caixa	(8.895.772,07)	16.220.948,46	
	2016	2015				e equivalente de caixa	(8.895.772,07)	16.220.948,46	
	2016	2015				As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			
	2016	2015				16. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição.			
	2016	2015				Descrição	2016	2015	
	2016	2015				Isenção da cota patronal	58.647.054,89	15.797.650,45	
	2016	2015				Total	58.647.054,89	15.797.650,45	
	2016	2015				Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. 17. Verbas e Subvenções: Refere-se a recursos recebidos para investimentos contabilizados diretamente no passivo, conforme saldo abaixo:			
	2016	2015				Descrição	2016	2015	
	2016	2015				Verbas a aplicar	2.081.947,28	-	
	2016	2015				Total da conta - verbas e subvenções (passivo)	2.081.947,28	-	
	2016	2015				18. Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.			
	2016	2015				Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
	2016	2015				Porto Seguro	Seguro Predial	9.000.000,00	22/08/2017
	2016	2015				Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso e estão abrangidas pelo seguro todas as unidades que fazem parte do Contrato de Gestão.			
	2016	2015				Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente			
	2016								

continuação

dem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 6 de março de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0 José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8**

Diário Oficial acesso gratuito

A Imprensa Oficial digitalizou o conteúdo do Diário Oficial, desde a sua primeira edição, com o compromisso de ampliar o acesso democrático às informações de interesse público.

Todo este acervo está disponível gratuitamente e modernas ferramentas de busca facilitam a localização das publicações que dão transparência à administração pública, nos três poderes.



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
D.O. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

